

A PEDAGOGIA NO BRASIL: HISTÓRIA E TEORIA

Ana Paula Gonçalves Arantes¹
Ana Lúcia Rodrigues Gonçalves²
Luiz Antonio de Oliveira³

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção Memória da Educação).

A Pedagogia no Brasil: história e teoria, publicada pela Autores Associados integra a **Coleção memória da educação**⁴. Saviani apresenta os resultados do projeto de pesquisa⁵ “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil: perspectiva histórica e teórica”, que contou com financiamento de bolsa de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no período de 2003 a 2007. A obra está estruturada em introdução geral sobre a pedagogia; perspectiva histórica e perspectiva teórica, ambas compostas por introdução, seis capítulos e conclusão; glossário pedagógico; documentação relativa às Novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia.

Na **introdução geral “Pedagogia: a teoria na história”**, o autor situa a pedagogia como campo epistemológico e como teoria e prática da educação. Pois, ao longo da história da civilização ocidental a pedagogia relacionou-se com a educação. O autor apresenta as alterações da significado da pedagogia ao longo do tempo histórico. Na Grécia, o conceito de pedagogia

assumiu dupla referência: 1) finalidade ética que guia a atividade educativa; 2) o meio para formar a criança para a vida. A partir do século XVII, Comenius propõe a construção de um sistema pedagógico articulado aos fins da educação, que una os dois aspectos, para servir de base à didática. Para Herbart, tais aspectos deveriam ser unificados em um sistema coerente, no qual os fins da educação estariam pautados na ética e os meios educacionais estariam pautados na psicologia. A partir daí, a pedagogia consolidou-se como disciplina universitária, sendo definida como espaço acadêmico de estudos e pesquisas educacionais. Desta maneira, adquiriu caráter científico, ainda que a partir do modelo das ciências empíricas. Saviani insere a contribuição de Genovesi⁶ (1999), segundo a qual, no final da década de 1970, a pedagogia conquistou a condição de ciência autônoma, com terminologia e significado próprios capazes de gerar um conhecimento que permite a criação de modelos educativos. Mas, a pedagogia como campo acadêmico e científico não seguiu a mesma linearidade do nome “pedagogia”. Segundo Jaeger⁷ (1967), o termo “pedagogia” surgiu na Grécia com os sofistas, quando o fazer da educação era relacionado ao fazer consciente do processo de educação. A passagem do termo do grego para a língua latina deu origem a “*paedagogatus*”, que significa educação, instrução; “*paedagogus*” e “*paedagoga*” significam aquele que conduz; “*paedagogium*” significa tanto a escola destinada

¹ Acadêmica do 4º ano o Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (turma 2009 – 2012). bolsista de Iniciação Científica– PIBIC/CNPq

² Acadêmica do 4º ano o Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (turma 2009 – 2012)

³ Doutorando do PPE(turma 2010-2014) - Universidade Estadual de Maringá e professor da Universidade Estadual do Norte do Paraná.

⁴ Coleção composta por 34 livros de história da educação, que explicitam o passado para melhor compreender o presente.

⁵ Projeto desenvolvido como subsídio à implantação do curso de pedagogia da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, entre 2002 a 2004.

⁶ GENOVESI, Giovanni (1999). *Pedagogía, dall'empiria verso La scienza*. Bologna, Pitagora.

⁷ JAEGER, Werner (1967). *Paidéia: los ideales de La cultura griega*. 2. Ed., 1. Reimp, México, Fondo de Cultura Económica.

aos escravos, como as crianças desta escola. Já a obra *De magistro*, de Santo Agostinho (354 - 430), embora não utilize o termo “pedagogia”, apresenta o conceito de instruir. Já Santo Tomás de Aquino (1225 - 1274), em obra homônima à de Agostinho, quase nove séculos mais tarde, parte da reflexão de Santo Agostinho e conclui que o ensino comporta uma dupla matéria. A matéria que se ensina e a pessoa a quem se comunica a ciência. Em relação à língua francesa, o termo pedagogia aparece em 1495, no sentido de “ciência da educação das crianças”. Condorcet procurava evitar o termo por julgá-lo polissêmico. Preferia “instrução pública” para designar educação. Além disso, o termo assumia um significado depreciativo de mestre pedante e autoritário (MANACORDA, 2007)⁸. No século XIX, o termo pedagogia é utilizado para designar a elaboração consciente da ideia da educação e o fazer consciente do processo educativo. Logo após a Revolução Francesa inicia-se o processo de criação de Escolas Normais para preparar professores. E a primeira instituição com o nome de Escola Normal foi proposta na Convenção de 1794, sendo introduzida a distinção: Escola Normal Superior para formar professores de nível secundário e Escola Normal Primária para formar professores do ensino primário. No entanto, haviam escolas desde o século XI, mas estas aplicavam o princípio das corporações de ofício. Já as universidades formavam os intelectuais na modalidade de “artes liberais”. Sendo assim, a história da formação de professores recai em dois modelos: conteúdos culturais-cognitivos; pedagógico-didáticos. O primeiro modelo diz respeito aos conteúdos necessário à formação dos professores secundários nas Escolas Superiores. Já o segundo modelo diz respeito ao preparo didático-pedagógico necessário à formação de professores primários nas Escolas Normais. Contudo, Saviani evidencia que a universidade nunca se preocupou com o preparo didático-pedagógico dos professores devido a luta entre esses dois modelos de formação de professores.

Na 1ª parte da obra, **Perspectiva Histórica**, o autor faz uma “**Introdução à questão pedagógica, da Colônia à Primeira República**”. Para tanto, evidencia que a problemática pedagógica inicia-se no Brasil, em 1549, com a

chegada dos jesuítas sendo conhecida como “pedagogia brasílica”, prossegue com a pedagogia do *Ratio Studiorum* e posteriormente com a “pedagogia pombalina”. Todavia, o termo “pedagogia” só apareceu em 1826. Na época foi apresentado o projeto de lei do ensino Januário da Cunha Barbosa que pretendia instituir um sistema de educação composto por quatro graus. Sendo que o primeiro era o ensino elementar, o qual coincidia com a escola de primeiras letras. Com isso, cria-se a Lei das Escolas de Primeiras Letras de 1817, na qual a palavra “pedagogia” aparece pela primeira vez na história da educação brasileira. No entanto, o termo gerou controvérsias e foi substituído na lei pela expressão “escola de primeiras letras”. Para explicitar a questão de formação pedagógica foi determinado que o ensino fosse desenvolvido por meio do método monitorial-mútuo. E os professores deveriam custear o próprio treinamento nas capitais das províncias. Em 1834, o Ato Adicional coloca a instrução primária sob a responsabilidade das províncias, as quais adotaram a criação de Escolas Normais para a formação de professores. Naquele contexto, o currículo das escolas primárias era constituído pelas mesmas matérias que integravam o currículo das Escolas de Primeiras Letras, porém não havia aprofundamento nos conteúdos. Contudo, esta via normalista teve estabilidade após 1870 e permaneceu ao longo do século XIX. Já a Reforma Leônicio de Carvalho (Decreto n. 7.247/79) instituiu a reforma do ensino primário, secundário e superior. Sendo que o ensino volta-se à prática de “lições de coisas” com a adoção do método intuitivo. Em 1882, o Barão de Macahubas – Abílio César Borges propôs a criação de Internatos Normais nas capitais provincianas, onde os jovens pobres do interior estudariam gratuitamente e ao terminarem o curso voltariam às suas cidades para reger as escolas. Mas, esta proposta não foi implantada. Em 1890, a Reforma da Escola Normal teve como característica a criação da Escola Modelo anexa à Escola Normal, sendo marcada pelo enriquecimento dos conteúdos curriculares e pela ênfase nos exercícios práticos de ensino. Em 1892, a Lei n. 88 instituiu o curso superior da Escola Normal com o intuito de formar professores para as Escolas Normais e ginásios. Para tanto, este curso foi organizado em duas seções: científica e literária, com duração de dois anos. Em 1896, foi aprovado o regulamento da

⁸ MANACORDA, Mário A. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2007.

Escola Normal de São Paulo visando à formação de professores para o ensino secundário, porém o curso superior previsto não foi implantado. Mas, a questão foi retomada com o Decreto n. 19.851/31, que baixou o Estatuto das Universidades Brasileiras. Dessa forma, previam-se cursos de educação, ciências e letras para a constituição de uma universidade no Brasil. Assim, abre-se o espaço acadêmico da pedagogia no âmbito do ensino superior. Foi possível a instituição de universidades com três faculdades tradicionais, mesmo sem ter espaço acadêmico para os estudos educacionais. Contudo, o autor ressalta que o fato da Faculdade de Educação, Ciências e Letras figurar ao lado de Direito, Medicina e Engenharia preconiza a importância que se deu aos estudos superiores de educação.

No **Capítulo I – “Significado da Faculdade de Educação, Ciências e Letras”**, o autor discorre sobre os motivos que levaram o ministro Francisco Campos a introduzir a Faculdade de Educação, Ciências e Letras no Estatuto das Universidades Brasileiras. Tal proposta visava à formação de professores do ensino normal e secundário para sanar as deficiências do ensino brasileiro. Sendo assim, a nova faculdade inserida na organização do sistema universitário apresentava um caráter de formação profissional, que era marcado por uma dupla ambiguidade. De um lado, a formação profissional e a cultura geral, de outro a formação didático-pedagógica e o domínio das matérias do currículo enciclopédico do ensino médio. Contudo, apesar da Faculdade de Educação, Ciências e Letras ter caráter obrigatório, devido ao Decreto n. 19.852/31, isto não se concretizou, uma vez que o ministro não reconheceu a competência do Colégio Pedro II para assumir tal responsabilidade, adiando assim a solução deste problema.

No **Capítulo II – “O Instituto de Educação paulista e a Universidade de São Paulo”**, o autor define a Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, como a espinha dorsal da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na medida em que esta universidade tinha como objetivo a formação de uma elite dirigente por meio dos conhecimentos científicos. A estrutura da USP tinha como espaço de educação o Instituto de Educação, composto pela Escola de Professores, tendo como anexos o Curso Complementar, a Escola Secundária, a Escola Primária e o Jardim de Infância. Em relação à Escola Normal de São Paulo, Saviani comenta que

em 1931, Lourenço Filho a transformou em Instituto Pedagógico, sendo efetivado pelo Decreto n. 4.888/31. Assim como, propôs uma reorganização do ensino profissional e normal de acordo com o ideário renovador. Mas, em 1933, Fernando de Azevedo tomou posse do Departamento de Educação do Estado de São Paulo e promoveu outra reorganização do sistema escolar. Para tanto, foi aprovado um código de educação, instituído pelo Decreto n. 5.884/33. Deste modo, o Curso Normal destinado à formação de professores primários passou a ser organizado em três seções de ensino: Educação; Biologia aplicada à educação; Sociologia. E para a formação de professores secundários e de especialização para diretores e inspetores foi organizado em: Educação; Biologia educacional; Psicologia educacional; Sociologia educacional; Prática de ensino. Porém, as faculdades profissionalizantes não aceitaram a centralização das disciplinas básicas na nova faculdade. Com isso, em 1938, essa faculdade tornou-se uma escola profissional com o intuito de formar professores para o ramo secundário do Ensino Médio. Contudo, devido o Decreto Estadual n. 9.269/38, o Instituto de Educação foi extinto, sendo absorvido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como seção de educação. Desta maneira, aproximou-se da estrutura da Faculdade de Educação, Ciências e Letras prevista pelo Decreto n. 19.852/31. Embora, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras não ter sido implantada, o seu modelo foi aplicado por meio do Decreto n. 1.190/39 na Universidade do Brasil.

No **Capítulo III – “O Instituto de Educação carioca e a Universidade do Distrito Federal”**, o autor explana sobre o processo de organização educacional que foi impulsionado pelo movimento renovador a partir de 1920. Contudo, a questão da formação dos professores das Escolas Normais e do ensino secundário exigiu a abertura de um novo espaço para os estudos pedagógicos em nível superior. E para corrigir as distorções do modelo vigente, Anísio Teixeira propôs um programa ideal que deveria ser implantado nas Escolas Normais. Tal programa era composto por: Cursos de fundamentos profissionais – responsáveis pela inclusão de conhecimentos gerais e para atividade educativa; Cursos específicos de conteúdo profissional – responsáveis pelo material e conteúdo destinados ao ensino especializado; Cursos de integração profissional – responsáveis

pela inclusão de cursos de técnica educativa ou de filosofia ou de cultura geral educativa. Além disso, tinha-se uma estrutura de apoio composta pela: Escola de Professores com jardim-de-infância, escola primária e escola secundária; Instituto de Pesquisas Educacionais; Biblioteca Central de Educação; Bibliotecas Escolares; Filmoteca; Museus Escolares e Radiodifusão. E em 1935, a Escola de Professores foi renomeada como Escola de Educação ao ser incorporada à recém criada Universidade do Distrito Federal⁹. No entanto, esta universidade passou por complicações e foi extinta por meio do Decreto n. 1.063/39. Com isso, seus cursos foram incorporados à Universidade do Brasil¹⁰, que se tornou modelo padrão para todo país, sendo previsto a existência de 15 faculdades nacionais.

No **Capítulo IV – “O curso de pedagogia”**, o autor menciona a promulgação do Decreto Lei n. 1.190/39 que deu organização definitiva à Faculdade Nacional de Filosofia, na qual foi instituído um currículo pleno fechado para o curso de pedagogia. Assim como, ressalta que a Universidade do Brasil, entre 1940 a 1968, determinou a forma de organização desse nível de ensino, culminando com a aprovação da Reforma Universitária – Lei n. 5.540/68. Ainda, de acordo com o Decreto n. 1.190/39 a Faculdade Nacional de Filosofia seria estruturada em quatro seções: filosofia, ciências, letras e pedagogia e uma seção especial de didática. Assim, o curso de pedagogia origina com as seções de pedagogia e didática. E o modelo padrão consistia em duas modalidades: bacharelado com três anos de duração e licenciatura. Portanto, assim como os outros cursos, o curso de pedagogia foi definido como um curso de bacharelado. E para obter o diploma de licenciatura era preciso cursar um ano de didática, dando origem ao esquema “3+1”. Deste modo, o pedagogo se formaria como bacharel em pedagogia, sendo o técnico em educação que ao cursar licenciatura poderia atuar como professor. No caso das outras seções, as disciplinas cursadas asseguravam a formação dos professores para atuarem nas escolas secundárias. Em relação à pedagogia, as disciplinas cursadas figuravam o currículo das Escolas Normais devido à disposição de um currículo em que predominavam

as matérias de cultura geral sobre as de formação profissional, previsto pela Lei Orgânica do Ensino Normal. Tal estrutura só foi modificada com a aprovação da Lei n. 4.024/61 – 1ª Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB). Além disso, a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), atual Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, bem como da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs) propiciaram reflexos positivos no campo educacional. E uma nova regulamentação despontou com a Lei n. 5.540/68, efetivada pelo Parecer n. 252/69 do Conselho Federal de Educação (CFE), do qual resultou a Resolução n. 2/69, no qual foi fixado o mínimo de conteúdos e duração de quatro anos para o curso de Pedagogia. Quanto ao currículo, este era composto por uma parte comum e outra diversificada com modalidades de habilitação (Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar), além do professor para o ensino normal. Com isso, havia a formação do generalista e do especialista no mesmo curso de graduação, com duração média de 4 anos e mínima de 2 anos e meio, descaracterizando o curso. Essa regulamentação permaneceu em vigor para além da aprovação da LDB – Lei n. 9.394/96, sendo alterada com as novas diretrizes curriculares nacionais de 2006. Contudo, Saviani salienta que a concepção produtivista de educação tornou-se hegemônica em nosso país desde o final da década de 1960. Visto que a formação de pedagogo está subordinada à produtividade social, bem como às demandas do mercado de trabalho.

No **Capítulo V – “Estudos superiores de educação”**, o autor discorre sobre a Lei n. 5.692/71, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, no lugar da terminologia de ensino primário e médio. Além disso, comenta sobre a elaboração e aprovação do conjunto de oito Indicações com seus respectivos projetos de Resolução, que contemplaram as licenciaturas da área de educação geral, passando pela formação pedagógica das licenciaturas até a formação de professores para educação especial. Tais indicações teria o significado de substituir o curso de pedagogia. No entanto, devido às pressões do movimento educacional organizado a entrada em vigor foi sustada, prevalecendo até a aprovação da LDB, a estrutura prevista no Parecer n. 252/69.

⁹ Instituída no Rio de Janeiro pelo Decreto n. 5.512/35.

¹⁰ Organizada pela Lei n. 452/37. Esta universidade resultou da reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Saviani salienta que o movimento dos educadores foi essencial para manter vivo o debate, bem como para articular e socializar as experiências que realizaram nas instituições. Com isso, surgiu a ideia de docência como eixo sobre o qual se apóia a formação do educador. Assim, a organização do curso promoveu a formação de professores para habilitação Magistério, em nível de 2º grau, bem como para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental, sendo expressa na base comum nacional. Porém, essa base nacional consistia em um princípio que deveria inspirar e orientar a organização dos cursos de formação de educadores no Brasil. No entanto, a preocupação com estes aspectos dificultou o exame referente ao significado e conteúdo da pedagogia. Além disso, o desenvolvimento dos programas de pós-graduação conduziu a uma aproximação com áreas afins das ciências humanas, e em contrapartida, o curso de pedagogia caía em crise.

No **Capítulo VI – “As Novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia”**, o autor argumenta que a demora na definição das diretrizes curriculares do curso de pedagogia propiciou a crise do curso de pedagogia, já que estas só foram aprovadas em 2006. Contudo, as Diretrizes possuem ambiguidade, já que sem regular a formação dos especialistas, a admite formalmente no decorrer do texto normativo. De acordo com as diretrizes curriculares o curso de pedagogia tem como objetivo formar o pedagogo em licenciatura para atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como aquelas que preveem conhecimentos pedagógicos. No que diz respeito às condições de ensino e aprendizagem e procedimentos, estas atendem como aplicação ao campo da educação. Quanto à estrutura do curso, a Resolução prevê no artigo 6º os núcleos: Estudos Básicos; Aprofundamento e diversificação de estudos; Estudos integradores para o enriquecimento curricular. Sendo que nos três casos há uma lista de tarefas e um conjunto de exortações que integrariam os referidos núcleos. No entanto, as Diretrizes resultam em um paradoxo, pois é restrita e excessiva. São restritas no que configura a pedagogia como um campo teórico-prático de conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade. E são excessivas no acessório, no que tange as múltiplas referências à linguagem em

evidência. Além disso, Saviani argumenta que a Primeira Conferência Brasileira de Educação, em 1980, foi um movimento incapaz de centrar suas atenções à formação do educador e pedagogo. Ainda, constata que dificilmente as Diretrizes se distanciariam do que consta do documento aprovado, uma vez que o texto foi negociado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) com as entidades. Contudo, o autor recorre a José Carlos Libâneo para explanar sobre as imprecisões contidas no texto das Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia.

Na **Conclusão – “A rica tradição teórica da pedagogia”** o autor comenta a importância da pedagogia na estrutura do ensino superior. Embora a área pedagógica tenha sido objeto de estigma, reforçado pelo baixo *status* social da profissão docente quando referida ao nível elementar da organização escolar. Além disso, nota que o tratamento dado à pedagogia a reduziu em uma ciência profissional pragmática do professor, sendo mera transmissão de conhecimentos para a orientação do ensino. Deste modo, Saviani conclui que para equacionar o problema do espaço acadêmico da pedagogia deve-se começar por sua tradição teórica relacionando-a com a educação enquanto prática, já que dela se origina e se destina.

Na 2ª parte da obra, **Perspectiva Teórica**, o autor faz uma **“Introdução à pedagogia e teoria da educação: referências preliminares”** tratando das concepções de educação das quais podem ser agrupadas em cinco grandes tendências: tradicional; humanista moderna; analítica; crítico reprodutivista e dialética. Para a primeira perspectiva cabe a educação conformar um indivíduo ideal e universal, já para a segunda, o papel da educação é dar conta das diferenças individuais, valorizando as experiências e interesses dos alunos. Na terceira concepção, a educação é concebida por meio da objetividade e neutralidade dado ao conhecimento transmitido. Na quarta perspectiva a educação é reprodutora das relações sociais dominantes, e por último a concepção dialética, na qual a prática pedagógica é ponto de partida e chegada do processo educativo. A crítica reprodutivista não é tida pelo autor como pedagogia, pois não tem prática pedagógica. A partir deste apontamento, Saviani agrupa as diferentes concepções de educação em duas grandes tendências, na primeira estão às correntes pedagógicas que dariam prioridade à teoria sobre a prática deste faz parte pedagogia

tradicional (leiga ou religiosa), a pedagogia de Platão, pedagogia cristã, humanista, da natureza e a idealista de Kant, Fichte e Hegel. Na segunda tendência, a ênfase está na prática subordinada à teoria, faz parte desta tendência: a pedagogia nova, às pedagogias não diretivas, a institucional e o construtivismo. Assim, o autor procura identificar as correntes que em nosso país se revelaram.

No **Capítulo VII*** – “**Pedagogia antes da pedagogia**”, com a chegada da colônia portuguesa e a implantação dos primeiros colégios jesuíticos em 1549 a pedagogia católica instaurou no país a primeira versão do Plano de Nóbrega a “Pedagogia Brasília”, apesar de ser considerado administrador hábil e realista Nóbrega não transformou as ideias educacionais em ideias pedagógicas como Anchieta realizou criando métodos e procedimentos voltados para educação. Apesar de seus bons resultados a pedagogia brasileira, não deixou de encontrar oposição no interior da própria Ordem Jesuíta que foi superada pelo plano geral de estudo organizado pela Companhia de Jesus e consubstanciada no Ratio Studiorum em 1599 (redação definitiva), este plano é constituído de regras para todos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Com a expulsão dos jesuítas é implantado a reforma pombalina em 1759, com suas Aulas Régias. Após 1808 o ensino mútuo tornou-se oficial, todavia na metade do século XIX foi substituído pelo ensino intuitivo, que manteve-se como referência durante a Primeira República.

No **Capítulo VII** – “**A questão teórica na constituição do espaço acadêmico da pedagogia no Brasil**”, “A proposta da Faculdade de Educação, Ciências e Letras integrante do Estatuto das Universidades Brasileiras baixado em 1931, por decreto do ministro Francisco Campos, e institui-se com a criação do curso de pedagogia em 1939, impulsionado pelo movimento renovador.” (SAVIANI, 2008, p. 97). Nesta conjuntura tenta se construir uma pedagogia com base científica e com área de pesquisa, métodos e objetos próprios. A partir deste pressuposto o autor discorre a cerca de dois momentos: a emergência e predominância da pedagogia nova e da concepção pedagógica produtivista. A primeira pode ser detectada com a comissão formada em 1947 para elaborar a LDB, com o intuito de fazer valer o que encontra-se na Constituição de 1946 a tarefa da União de fixar diretrizes e bases para a educação nacional. A segunda com o ajuste do

sistema de ensino com a Lei nº 5540/68 e do Decreto nº 464/69, e a reforma do ensino superior Lei nº 5692/71. Contudo, ocorreu um terceiro momento caracterizado por concepções contra hegemônicas. Na década de 1960 surge a Pedagogia Libertadora, a qual ocasiona um método pedagógico formulado por Paulo Freire. Já na década de 80 emerge a concepção pedagógica histórico crítica, pela qual prática social é ponto de partida e chegada da prática educativa.

No **Capítulo IX** – “**O dilema da pedagogia e seu impacto nas escolas**”, analisando as duas grandes vertentes: tradicional e renovadora percebe-se que a primeira centraliza seu método de aprendizagem com ênfase da teoria e reforça o papel do professor, e a outra, evidencia a prática e reforça o papel do aluno. Assim se fundamenta o dilema entre teoria e prática, no qual se “um curso é teórico, não é prático, e, se é prático, não é teórico” (SAVIANI, 2008, p.123) desta forma o professor defendendo a teoria e o aluno a prática, contudo separar teoria- prática e professor-aluno não é possível, todavia estas duas tendências não puderam apresentar uma solução para este dilema.

No **Capítulo X** – “**Para superar o dilema**”, o autor discute o confronto entre teoria e prática, que mesmo distintas tem aspectos inseparáveis, afinal a prática é a razão de ser da teoria, e a teoria se constitui a se desenvolver em função da prática que opera. Sendo assim a prática humana é determinada pela teoria, pois quanto mais sólida for a base teórica do aluno, mais consistente e eficaz será sua prática. Partindo deste pressuposto, Saviani apresenta dois conceitos ligados a teoria e prática, o ativismo e verbalismo. O ativismo é a prática sem a teoria e o verbalismo trata-se do inverso. Para Saviani, o que a pedagogia histórico crítica propõe é a melhor solução para este dilema é a articulação entre teoria e prática.

No **Capítulo XI** – “**Pedagogia e ciência(s) da educação**”, Saviani apresenta as ideias do livro “Pedagogia: da empiria em direção à ciência” de Giovanni Genovesi, do qual apresenta as três etapas históricas do desenvolvimento da pedagogia, que antes era filha da educação passa a ser mãe da educação, ou seja, o objeto da pedagogia passou a ser a educação. Nesse capítulo, Saviani descreve a distinção das várias ciências da educação e a ciência da educação propriamente dita, que é a pedagogia que tem como início e término a pesquisa na educação.

No **Capítulo XII** – “**A polemização do**

campo pedagógico", durante longo século XX a pedagogia foi marcada por disputas hegemônicas por tendências contrárias, cada qual por meio de seu slogan procurava adeptos. Na obra de Scheffler "A linguagem da educação", é examinada as várias figuras de linguagem que conforme o contexto reforça ou desmistifica a ideia ou atitude defendida. E é neste sentido que Saviani ao escrever a "teoria da curvatura da vara", sugere que os educadores não se curvem muito para um lado nem para outro, mas que analisem bem os discursos das diversas correntes pedagógicas para que passar criticá-la e examinar de acordo com seu ponto de vista a que melhor transcreve a sua prática.

Na "**Conclusão – uma nova perspectiva para o curso de pedagogia**", o autor ressalta a necessidade de uma nova perspectiva para o curso de Pedagogia. Sendo que a realização de estudos e pesquisas educacionais deve partir da faculdade, espaço apropriado para iniciar sua formação teórica e prática sobre a educação. Já a pós-graduação e mestrado possibilitaria a plena iniciação da pesquisa científica completando-se com o doutorado. Portanto, a pedagogia deve apresentar um objeto de estudo, princípios norteadores, pesquisa científica e um método específico o que a torna uma ciência da educação.

A 3ª parte é composta pelo **Glossário Pedagógico**. Segundo o autor, é um dicionário de pedagogia, pois contém as grandes concepções seguidas das várias teorias ou propostas pedagógicas que foram citadas no livro. Ao todo são 45 verbetes organizados em ordem alfabética, os quais o autor julgou ser útil e de interesse para os leitores agregar à análise das perspectivas histórica e teórica da pedagogia no Brasil.

Ao escrever este livro Saviani recuperou a história da pedagogia no Brasil e elucidou sua trajetória teórica. Por isso, a obra foi dividida em perspectiva histórica e teórica, para compreender tanto o processo pedagógico quanto os fatos históricos que o configurou. Assim como salientou que a problemática pedagógica surgiu antes da nomenclatura de pedagogia, da mesma maneira que a prática surge antes da teoria.

Desta maneira, a pedagogia firmou-se como espaço da educação no campo universitário propiciando a elevação à condição de ciência da e para a prática educativa. Saviani discutiu o dilema que envolve o pólo teórico e o pólo prático, no qual admite-se que há a falta de articulação destes pólos por parte do professor, embora seja

necessária à sua formação.

Além disso, o autor evidenciou que para formar pedagogos conscientes e fundamentados teoricamente, necessita-se de um curso estruturado. No qual o trabalho educativo deve estar articulado num processo unificado, que terá a história como eixo da organização dos conteúdos curriculares.

Para Saviani, a educação escolar necessita trabalhar com os conhecimentos clássicos, uma vez que deve "[...] produzir em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens" (SAVIANI, 2003, p.13) em suas relações sociais. Deste modo, enfatizou a importância da história como critério do "clássico", sendo este caracterizado como aquilo que sobreviveu ao tempo.

Vê-se então não acredita numa pedagogia revolucionária sem o compromisso com uma sociedade mais igualitária. O que impera estabelecer a escola como contributo com a formação para as dimensões intelectual, física, tecnológica e laica. Na formação intelectual ensinamentos rigorosos (conhecimento sustentados pelas ciências e filosofia); física (formação de um corpo sadio, que não se faz só com exercícios, mas com a incorporação de bons hábitos de alimentação, sono, direito ao descanso); tecnológica (inserção socializada = para todos – dos bens da tecnologia). É provocativo como Manacorda¹¹ quando afirma que é possível levar em conta as especificidades e interesses dos jovens (novas gerações, novos tempos) sem negligenciar sua formação quanto aos conteúdos, condição da experiência de uma sociedade alternativa, socialista.

Contudo, o autor apresenta elementos significativos para superar os dilemas pedagógicos e, assim, possibilitar uma organização eficaz dos cursos de formação de educadores. Trata-se de uma obra que necessita de leitura atenciosa, pois possui conhecimentos relevantes à compreensão do processo pedagógico brasileiro. Por isso, suscita reflexões acerca da pedagogia e suas problemáticas. No entanto, sugerimos que a leitura inicie pelo glossário

¹¹ MANACORDA, Mario Alighiero. Aos educadores brasileiros/entrevista concedida a Paolo Nosella; organizadores Paolo Nosella; José Claudinei Lombardi e Dermeval Saviani; tradução de Paolo Nosella e Patrícia Polizel Culhari; revisão: Dermeval Saviani. Campinas, SP: HISTEDBR – FE/UNICAMP, 2007.

pedagógico, que permitirá o entendimento do assunto a ser estudado.

A obra pode e deve ser considerada como um referencial de estudo ao curso de pedagogia. Sendo indicado ao primeiro ano letivo, o que não impossibilita que seja trabalhado em outros momentos. Pois é conveniente que os acadêmicos, assim como os interessados em educação, tenham acesso a essa leitura. Desta forma, o leitor ampliará seus conhecimentos tendo como subsídio as teorias pedagógicas para melhor desenvolver sua prática. Pois, para Gramsci com a plena formação do indivíduo pode contribuir uma escola unitária, que deverá formar indivíduos plenamente desenvolvidos, de onde decorre a sua condição de trabalho como condição ontológica.

O obra indica que a pedagogia deve atingir o propósito de aprofundar e explicitar de maneira clara as contrariedades do tempo presente, de forma que não se negligencie a relatividade da dita pós-modernidade a instrução intelectual, física e tecnológica e as concepções em torno da escola e do papel desempenhado pelo professor. Pensar os rumos da pedagogia como empenho na formação de indivíduos que produzam cultura e que saibam desfrutar das contribuições da civilização humana. Concretamente, significa acima de tudo constituir gente autônoma, que decida e que não seja tutelada. Neste sentido, o

cuidado para com as armadilhas do conteúdo significativo é pensá-lo a partir das relações que estabelecemos com as pessoas. Neste sentido, pensar o homem como totalidade é pensá-lo como situado e definido por modo de produção e as relações de produção na qual está inserido. O que que alerta para o pensar em que condições a pedagogia, e a formação do pedagogo pode contribuir mesmo para uma sociedade melhor, socialista.

De forma geral, ao apresentar a história de pedagogia no Brasil, Saviani o faz de forma a evidenciar que se trata de uma construção histórica. Neste sentido carrega uma forma de pensar a história da formação do homem, quer no espaço anterior a uma sociedade que educava sem a escola, de depois, nos tempos modernos, de uma sociedade que educa pela escola. Educar ou instruir? Assim, a pedagogia não se sustentará como prática de transformação se permanece sustentada no senso comum. Conteúdos rigorosos aqueles que se sustentam nas descobertas humanas nas atividades de ciência, filosofia e cultura. O que significa tratar de conhecimentos resultantes do rigor, ou seja, sistematicamente descobertos segundo métodos determinados, que garantem aos resultados generalizações de fontes seguras.